



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder  
Executivo  
seção I

**Prodesp**  
Sua conexão com o futuro.

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 132 • Número 15 • São Paulo, sábado, 22 de janeiro de 2022

www.prodesp.sp.gov.br

## Decretos

**DECRETO Nº 66.445,  
DE 21 DE JANEIRO DE 2022**

*Autoriza a abertura de licitação para a concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado "Lote Rodoanel Norte", aprova o respectivo regulamento e dá providências correlatas.*

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a aprovação pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, criado pela Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996, do modelo de concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e rodovias de acesso que compõem o denominado "Lote Rodoanel Norte", por ocasião da 18ª Reunião Conjunta Ordinária, concernente à 254ª Reunião Ordinária do CDPED e à 101ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, cuja ata foi publicada no Diário Oficial de 18 de dezembro de 2020;

Considerando a implementação de novos mecanismos contratuais e inovações tecnológicas na prestação de serviços, tais como verificação de projetos por meio de empresa certificadora, utilização da metodologia "international road assessment programme" e emprego de sistema de gerenciamento de obras por meio de "building information model", adoção de sistemática "free flow" (fluxo livre) em trecho do sistema rodoviário, utilização de mecanismo de compartilhamento de risco de demanda, entre outros;

Considerando que a presente concessão patrocinada está alinhada com o programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo, visando à promoção de investimentos na malha rodoviária, contribuir para a melhoria do tráfego, assim como terá papel fundamental no aprimoramento da segurança viária da região;

Considerando que os estudos técnicos contemplam a realização de cerca de R\$ 3,04 bilhões de reais em investimentos no lote, abrangendo os Municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, beneficiando usuários com estradas mais seguras e confortáveis,

**Decreto:**  
Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de licitação, na modalidade de concorrência internacional, para a concessão patrocinada dos serviços públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado "Lote Rodoanel Norte", constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos.

Parágrafo único - O segmento rodoviário compreendido pelo "Lote Rodoanel Norte" abrange os Municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá e é composto pelo Rodoanel Mário Covas, SP-021, entre os km 172+000 e 129+106, em estágio de construção, segmento este constante do Anexo 2 do edital de licitação.

Artigo 2º - A licitação referida no artigo 1º deste decreto será realizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, nos termos previstos no inciso IV do artigo 4º da Lei Complementar nº 914, de 4 de janeiro de 2002, e deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

I - o objeto da concessão patrocinada abrangerá a operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário descrito no parágrafo único do artigo 1º deste decreto;

II - o prazo da concessão será de 31 (trinta e um) anos, contados da data de assinatura do termo de transferência inicial, conforme definido na minuta do contrato de concessão;

III - a tarifa de pedágio será fixada pelo poder concedente, assim como os critérios e a periodicidade de sua atualização e as condições de sua revisão, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes;

IV - o critério de julgamento da licitação será o de menor contraprestação a ser paga pelo poder concedente à concessionária, sendo que, caso haja ofertas com desconto de 100% (cem por cento) sobre a contraprestação, o leilão seguirá com ofertas de redução do valor do aporte de recursos;

V - exigência de garantia de proposta, como critério de qualificação econômico-financeira;

VI - admissão da participação no certame de sociedades empresárias, fundos de investimentos e outras pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, isoladamente ou em consórcio, desde que a natureza e o objeto delineados em seus estatutos constitutivos sejam compatíveis com as obrigações e atividades atinentes à concessão, respeitadas as leis e demais normativas aplicáveis;

VII - obrigatoriedade de constituição de Sociedade de Propósito Específico - SPE, sob a forma de sociedade por ações, de acordo com a legislação brasileira, com a finalidade única de explorar o objeto da concessão;

VIII - admissão da oferta, pela concessionária, de créditos e receitas decorrentes do contrato a ser firmado, e de outros bens e direitos, como garantia de financiamentos obtidos para os investimentos necessários, mediante anuência da ARTESP, nos termos do disposto nos artigos 29 e 30 da Lei nº 7.835, de 8 de maio de 1992, e da legislação vigente sobre o tema;

IX - admissão da exploração de projetos associados, compatíveis com o objeto da concessão, como fonte de receita acessória, nos termos previstos em contrato;

X - possibilidade de que a concessionária contrate com terceiros, por sua conta e risco, a execução dos serviços de ampliação e conservação, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 9º da Lei nº 7.835, de 8 de maio de 1992.

Artigo 3º - Fica aprovado, nos termos do Anexo que integra este decreto, o Regulamento da Concessão Patrocinada dos Serviços Públicos de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e rodovias de acesso que compõem o denominado "Lote Rodoanel Norte".

Artigo 4º - Não se aplica ao presente caso, o disposto nos artigos 2º e 5º do Decreto nº 61.634, de 19 de novembro de 2015.

Artigo 5º - A garantia relativa às obrigações pecuniárias a serem contraídas pela Administração Pública observará o disposto no artigo 8º da Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Artigo 6º - Além do valor total arrecadado com as multas de trânsito aplicadas com fundamento no artigo 209-A da Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), poderão ser utilizados outros mecanismos ou receitas para assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro da concessionária decorrente do inadimplemento das tarifas pelos usuários, desde que estes sejam devidamente identificados pela concessionária, com as informações necessárias à emissão da correspondente autuação.

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, no tocante ao regulamento a que alude o artigo 3º deste decreto, a partir da transferência do sistema rodoviário "Lote Rodoanel Norte" à concessionária, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 62.868, de 4 de outubro de 2017.

Palácio dos Bandeirantes, 21 de janeiro de 2022  
JOÃO DORIA  
Rodrigo Garcia  
Secretário de Governo  
João Octaviano Machado Neto  
Secretário de Logística e Transportes  
João Carlos Fernandes  
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Publicado na Secretaria de Governo, aos 21 de janeiro de 2022.

**Anexo  
a que se refere o artigo 3º do  
Decreto nº 66.445, de 21 de janeiro de 2022.  
REGULAMENTO DA CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO "LOTE RODOANEL NORTE".**

**CAPÍTULO I  
Do Objeto**

Artigo 1º - Este regulamento tem por objetivo disciplinar a ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração, dos segmentos rodoviários que abrangem os Municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá, totalizando aproximadamente 44km (quarenta e quatro quilômetros), correspondente ao "Lote Rodoanel Norte", do Programa Estadual de Concessões, compreendendo sua execução, gestão e fiscalização.

Artigo 2º - O sistema rodoviário, objeto da concessão, é constituído pelo conjunto de pistas de rolamento, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendido pelo "Lote Rodoanel Norte" que abrange os Municípios de São Paulo, Guarulhos e Arujá e é composto pelo Rodoanel Mário Covas, SP-021, entre os km 172+000 e 129+106, em estágio de construção, segmento este constante do Anexo 2 do edital de licitação.

Artigo 3º - Ao sistema rodoviário descrito no artigo 2º deste regulamento, serão incorporadas todas as ampliações a serem implantadas pela concessionária durante o período da concessão, que passarão a integrar sua faixa de domínio.

**CAPÍTULO II  
Dos Serviços Previstos no Sistema Rodoviário**

Artigo 4º - Os serviços e demais atividades operacionais a serem executados no sistema rodoviário são classificados em:

I - delegados;  
II - não delegados;  
III - complementares.

Artigo 5º - São serviços delegados, de competência específica da concessionária:

I - serviços correspondentes a funções operacionais, compreendendo especialmente:

a) operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;

b) operação do sistema de cobrança de pedágio, incluindo a arrecadação da tarifa por meio do sistema "free flow" (fluxo livre), na cobrança de tarifas que reflitam a quilometragem percorrida pelos usuários, o controle do tráfego de veículos e o controle financeiro e contábil dos valores arrecadados;

c) operação do sistema de arrecadação baseado no conceito de tarifa flexível, conforme previsto no contrato de concessão;

d) operação do sistema de arrecadação baseado na possibilidade de modulação da tarifa por horário ou por dia, conforme previsto no contrato de concessão;

e) operação dos postos fixos e móveis, de pesagem estática e dinâmica de veículos, incluindo a pesagem propriamente dita, inclusive por meio de sistema de pesagem em movimento;

f) prestação de apoio aos usuários, incluindo, entre outros, primeiros socorros e atendimento médico a vítimas de acidentes de trânsito, com eventual remoção a hospitais; atendimento mecânico a veículos avariados; guinchamento; desobstrução de pista; monitoramento de 100% (cem por cento) do sistema rodoviário concedido, com implantação de sistemas para identificação de emergências, automático ou por meio de serviço de telefonia e orientação e informação aos usuários;

g) inspeção de pista, da faixa de domínio e de áreas remanescentes, sinalização comum e de emergência e apoio operacional aos demais serviços;

h) elaboração e implantação de esquemas operacionais extraordinários, incluindo operações especiais para atendimento de pico, desvios de tráfego para a execução de obras, operações especiais para o transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas e esquemas especiais para eventos esportivos e outros, no sistema rodoviário;

i) elaboração e implantação de planos e esquemas operacionais para atendimento a situações de emergência, tais como incêndios, neblina, acidentes com produtos perigosos, desabamentos, inundações e outros que possam afetar diretamente a fluidez e a segurança do tráfego ou vir a provocar consequências ambientais;

j) monitoramento das condições de tráfego na rodovia;

k) prestação de informações para integração do Centro de Controle de Informações da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, bem como implantação dos sistemas digitais de gerenciamento, monitoramento e acompanhamento das atividades, assegurando que os dados e informações gerados sejam acessíveis pela ARTESP;

l) manutenção e operação de sistema eletrônico de troca de informações com o usuário via rede de dados;

m) adequação aos níveis de serviço e indicadores de desempenho;

n) disponibilização e manutenção de ouvidoria e sistemas e canais de comunicação e relacionamento com os usuários;

o) elaboração e implementação, durante todo o prazo da concessão, de medidas para redução ou compensação da emissão ou produção de gases de efeito estufa nos serviços de operação do sistema rodoviário, conforme previsto no contrato de concessão;

II - serviços correspondentes a funções de conservação, compreendendo especialmente:

a) conservação de rotina dos elementos que compõem o sistema rodoviário incluindo: pavimento, drenagem, túneis, obras de arte especiais, sinalização, dispositivos de segurança rodoviária, revestimento vegetal e demais elementos da faixa de domínio, sistemas de controle e automação, sistemas de telecomunicação, instalações prediais, pátios operacionais e de suporte, sistemas de eletrificação e sistemas de iluminação;

b) conservação especial de todos os elementos que compõem o sistema rodoviário, relacionados na alínea "a" deste inciso, visando à preservação do empreendimento original, incluindo serviços de recapeamento de pista, recuperação de pavimento de concreto, recuperação de obras de arte especiais, substituição de sinalização vertical e horizontal, substituição de equipamentos de controle, arrecadação, comunicação e automação, reforma de instalações e outros similares;

c) conservação de emergência visando repor, reconstruir ou restaurar, de imediato, às condições normais, trecho de rodovia que tenha sido obstruído, bem como instalações e equipamentos e demais elementos da rodovia, danificados por qualquer causa;

III - serviços correspondentes a funções de ampliação, compreendendo especialmente:

a) as obras de ampliação, nos termos e condições a serem definidos no edital de licitação;

b) equacionamento de interferências com os sistemas de infraestrutura e de serviços públicos existentes e futuros, especialmente os sistemas viários e o estabelecimento de acessos a sistemas de transporte;

c) implantação ou adequação aos níveis de serviço ou às normas de segurança, de acessos, interseções e dispositivos de segurança, durante todo o período da concessão;

d) implantação de marginais, de pistas reversíveis, de faixas adicionais e de faixas de aceleração e desaceleração, principalmente aquelas necessárias ao atendimento de aumento de demanda ou de necessidade de controle de tráfego;

e) readaptação de sistema de controle de peso para veículos de carga, incluindo pesagem dinâmica e balanças móveis de pesagem, compreendendo sistemas de pesagem em movimento;

f) implantação e readaptação de instalações de uso nas atividades de fiscalização e policiamento de trânsito e transporte;

g) implantação e readaptação de instalações e equipamentos de uso nas atividades de operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego;

h) implantação e readaptação de pórticos;

i) implantação de estrutura de comunicação direta com o usuário, de sistema de monitoramento de 100% (cem por cento) do sistema rodoviário concedido e de sistema de atendimento emergencial;

j) implantação de sistema eletrônico de troca de informações com o usuário via rede de dados, na forma prevista no edital de licitação;

k) implantação de dispositivos de segurança;

l) implantação de paisagismo;

m) implantação dos sistemas digitais de gerenciamento de projetos e de obras, e dos demais sistemas digitais especificados no contrato de concessão, conferindo compartilhamento com a ARTESP de dados, informações e documentos relacionados ao objeto de concessão;

n) instalação de plataforma digital que ficará disponível para acesso restrito da sociedade, por meio da qual os interessados poderão sugerir melhorias ou abordar outros temas pertinentes às revisões ordinárias, cabendo à concessionária o gerenciamento de tais demandas.

Artigo 6º - São serviços não delegados aqueles de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, tais como:

I - policiamento ostensivo de trânsito, preventivo e repressivo;

II - fiscalização e autuação de infrações relativas a:

a) veículo;  
b) documentação;  
c) motorista;

d) regras de circulação, estacionamento e parada;

e) excesso de peso;

f) evasão no pagamento da tarifa de pedágio;

III - emissão de outorgas, nos termos da lei, referentes a:

a) serviços de transporte coletivo de caráter rodoviário, internacional, interestadual e intermunicipal;

b) serviços de transporte coletivo de caráter urbano, intermunicipal, suburbano, metropolitano ou municipal;

c) serviços de transporte de trabalhadores rurais ou de pessoas em veículos de carga;

d) eventos na rodovia;

e) serviços de transporte de cargas excepcionais e de cargas perigosas;

IV - declaração de utilidade pública ou de interesse social para fins de desapropriação.

§ 1º - Dependerão de autorização do poder concedente, a pedido da concessionária, na forma regulamentada nas normas vigentes e observadas as características e restrições da rodovia:

1. o acesso a propriedades lindeiras ao sistema rodoviário concedido;

2. a ocupação de faixa de domínio.

§ 2º - O edital de licitação e o contrato de concessão poderão especificar outras atividades que dependerão de autorização do poder concedente ou de prévia anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP para que possam ser exploradas pela concessionária.

Artigo 7º - São serviços complementares aqueles considerados convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, nos termos do contrato de concessão.

Artigo 8º - Para execução dos serviços delegados, especialmente no que se refere à operação de sistema integrado de supervisão e controle de tráfego, arrecadação e controle do pedágio, sistema de controle de peso de veículos e sistemas de comunicação, a concessionária deverá implantar sistemas tecnologicamente atualizados, que permitam integral automatização e maior segurança das operações, além do compartilhamento de dados, informações e documentos que permitam a devida fiscalização dos serviços pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

Parágrafo único - Os sistemas de controle e automação a que se refere este artigo deverão permitir integral aplicação dos serviços não delegados, especialmente no que se refere à fiscalização de trânsito.

**CAPÍTULO III  
Das Responsabilidades da Concessionária**

Artigo 9º - São deveres da concessionária, durante todo o prazo de concessão:

I - acionar os recursos à sua disposição a fim de garantir a fluidez do tráfego, assegurando aos usuários o recebimento de serviço adequado;

II - submeter à aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o esquema de circulação alternativo que pretenda adotar quando da realização de obra ou operação que obrigue a interrupção de faixa ou faixas do sistema rodoviário;

III - divulgar adequadamente, ao público em geral e ao usuário em particular, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no sistema rodoviário e anúncios veiculados em sistema eletrônico de troca de informações via rede de dados, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras no sistema rodoviário;

IV - divulgar adequadamente ao usuário, inclusive por meio de painéis automáticos instalados no sistema rodoviário e anúncios veiculados em sistema eletrônico de troca de informações via rede de dados, as eventuais alterações nos valores das tarifas praticadas, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da efetiva alteração;

V - implantar as recomendações de segurança estabelecidas pela ARTESP e realizar monitoramento de 100% (cem por cento) do sistema rodoviário por meio de sistemas adequados, inclusive por meio de sistemas de vídeo e identificação automática de emergências, bem como manter disponíveis recursos humanos e materiais para elaboração e implementação de estruturas de atendimento a situações de emergência;

VI - zelar pela prevenção e extinção de ocorrências de incêndio, inclusive nas áreas que margeiam a faixa de domínio do sistema rodoviário;

VII - implantar sistema de prevenção de acidentes em casos de ocorrência de neblina no sistema rodoviário;

VIII - apoiar as atividades de fiscalização e policiamento;

IX - acompanhar e ativar a atuação de entidades públicas, tais como polícia civil e militar, bombeiros, órgãos do meio ambiente, órgãos federais, estaduais e municipais, no sistema rodoviário, sempre que necessário;

X - executar serviços de ampliação e melhoramentos destinados a adequar a capacidade da infraestrutura à demanda e aumentar a segurança e a comodidade dos usuários;

XI - executar todas as obras, serviços, controles e atividades relativos à concessão, com zelo, diligência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo a normas, padrões e especificações estabelecidos pela ARTESP, adotando providências necessárias à garantia do patrimônio do sistema rodoviário, inclusive sua faixa de domínio e acessos;

XII - zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas;

XIII - executar todos os procedimentos necessários para a obtenção de licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental e cumprir todas as medidas e programas ambientais, observando a legislação ambiental pertinente, em especial a Lei federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;

XIV - prestar com zelo os serviços públicos delegados e apoiar a prestação dos serviços não delegados no sistema rodoviário;

XV - obedecer às medidas determinadas pelas autoridades de trânsito, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;

XVI - responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como o de suas contratadas, providenciando para que sejam registrados junto às autoridades competentes, portem crachá indicativo de suas funções e estejam instruídos a prestar apoio à ação da autoridade;

XVII - cumprir determinações legais relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

XVIII - refazer, de imediato, os serviços sob sua responsabilidade, executados com vícios ou defeitos;

XIX - elaborar projetos funcionais e executivos e executar as ações relativas a impacto ambiental;

XX - manter, em pontos adequados, próximos aos pórticos, sinalização indicativa do valor das tarifas de pedágio;

XXI - fornecer à ARTESP todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da concessão, inclusive viabilizando acesso aos sistemas digitais que deverão ser implantados pela concessionária para realização das atividades operacionais descritas no contrato de concessão, facultando, outrossim, à fiscalização, a realização de auditorias em suas contas;

XXII - manter a ARTESP informada sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;

XXIII - prestar contas da gestão dos serviços à ARTESP e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

XXIV - responder, perante a ARTESP e terceiros, por todos os atos e eventos de sua competência;

XXV - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão, além de disponibilizar levantamento de vídeo registro georreferenciado, na periodicidade e de acordo com as regras estabelecidas no contrato;

XXVI - responder pelas eventuais desidias e faltas quanto às obrigações decorrentes da concessão, inclusive de suas sub-contratadas, nos termos estabelecidos no contrato de concessão;

XXVII - implantar sistema de arrecadação no modelo "free flow" (fluxo livre), conforme definido em contrato e adaptar seus sistemas de cobrança a novos programas e políticas de cobrança de tarifas definidos pelo poder concedente;

XXVIII - prestar informações, nos moldes estabelecidos no contrato, para integração com o Centro de Controle de Informações da ARTESP e demais sistemas digitais especificados para apoiar a realização das atividades de monitoramento e a fiscalização desempenhadas pela ARTESP;

XXIX - manter em plena operação, e dentro dos padrões estabelecidos, os canais de relacionamento com os usuários, bem como os serviços de ouvidoria, previstos em normas aplicáveis à espécie;

XXX - observar o regramento estabelecido no contrato e normas expedidas pela ARTESP quanto à devolução do sistema rodoviário ou eventual transferência para concessionária que a suceda.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Fiscalização dos Serviços Concedidos, do Poder de Polícia Administrativa e das Penalidades

Artigo 10 - Estão sujeitos à fiscalização e monitoramento todos os serviços previstos no presente regulamento.

§ 1º - A qualidade, continuidade, regularidade, eficiência, atualidade, generalidade, segurança e cortesia na prestação dos serviços, e a modicidade das tarifas, fatores de avaliação que definem o nível de serviço adequado, conforme disposto na Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, serão base para a fiscalização dos serviços a que se refere este artigo.

§ 2º - Para os fins do disposto neste artigo, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP estabelecerá normas técnicas, indicadores e parâmetros para quantificação e aferição dos fatores a que se refere o § 1º deste artigo.

Artigo 11 - O poder concedente exercerá, no sistema rodoviário a que se refere este regulamento, o poder de polícia administrativa, incluída a competência para impor multas aos infratores dos regulamentos aplicáveis.

Artigo 12 - A concessionária sujeitar-se-á à fiscalização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que poderá contar com a cooperação de usuários.

§ 1º - No exercício da fiscalização, a ARTESP terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária, inclusive por via eletrônica e em tempo real.

§ 2º - A fiscalização do serviço será feita pela ARTESP, que poderá contratar serviços de apoio à fiscalização, observado o disposto na Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO V

##### Do Policiamento Ostensivo, Preventivo e Repressivo

Artigo 13 - As atividades policiais de caráter ostensivo, preventivo e repressivo, e outras atribuídas por lei à Polícia Militar, serão exercidas, no sistema rodoviário de que trata este regulamento, pela Polícia Militar Rodoviária.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Tarifas de Pedágio e das Receitas

Artigo 14 - Constituem receitas da concessionária, a partir das datas previstas no edital de licitação:

I - tarifas de pedágio;

II - rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;

III - cobrança de serviços prestados ao usuário, exceto serviços expressamente relacionados na alínea "f" do inciso I do artigo 5º deste regulamento;

IV - cobrança de preço por publicidade não vedada em lei;

V - valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos firmados entre a concessionária e terceiros, bem como resultantes de execução de garantias oferecidas no âmbito dos contratos celebrados com terceiros;

VI - cobrança por serviços de implantação e manutenção de acessos, quando regularmente autorizados;

VII - cobranças decorrentes do uso da faixa de domínio, observada a regulamentação vigente;

VIII - cobranças decorrentes da prestação de serviços complementares;

IX - outras previstas no edital e no contrato respectivo, ou que venham a ser regulamentadas pelo poder concedente, ou propostas pela concessionária, desde que previamente autorizadas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, observadas as regras de compartilhamento de receitas;

X - contraprestação a ser paga pelo poder concedente.

Parágrafo único - Além das receitas elencadas nos incisos do qual trata o "caput" deste artigo, a concessionária receberá aporte de recursos do poder concedente, na proporção dos investimentos devidamente executados.

Artigo 15 - As tarifas de pedágio e as receitas acessórias decorrentes dos serviços não delegados, bem como os critérios e a periodicidade de reajuste, serão estabelecidos no edital de licitação, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

#### CAPÍTULO VII

##### Dos Direitos e Obrigações dos Usuários

Artigo 16 - São direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - pagar pedágio;

III - receber do poder concedente, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e da concessionária informações para defesa de interesses individuais ou coletivos;

IV - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do Poder Público;

V - levar ao conhecimento da ARTESP e da concessionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

VI - comunicar às autoridades competentes atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço;

VII - contribuir para a conservação das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

Artigo 17 - A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e a concessionária estimularão a participação da comunidade em assuntos de interesse do sistema rodoviário objeto da concessão.

#### CAPÍTULO VIII

##### Das Disposições Gerais

Artigo 18 - O poder concedente providenciará, mediante proposta da concessionária, as medidas para a declaração de utilidade pública dos bens e áreas necessários à ampliação do sistema rodoviário, responsabilizando-se a concessionária pela promoção das desapropriações e servidões administrativas, bem como pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo Poder Público.

Artigo 19 - Extinta a concessão, retornarão ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à concessionária ou por ela implantados, no âmbito da concessão, na forma prevista em lei e no contrato.

Parágrafo único - Com o advento do termo final do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios a que se refere o "caput" deste artigo poderão ser transferidos à concessionária que eventualmente assumira a prestação dos serviços de que trata este regulamento, observados os trâmites, prazos, formalidades e obrigações estabelecidos no contrato.

Artigo 20 - Nos termos das normas de organização administrativa vigentes do Estado de São Paulo, compete à Secretaria de Logística e Transportes expedir normas complementares necessárias à execução deste regulamento.

Artigo 21 - A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP terá atribuição de disciplinar e fiscalizar as atividades auxiliares, complementares ou decorrentes dos serviços delegados.

## Governo

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### Resolução SG-7, de 21-1-2022

*Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP*

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 61, inciso II, do Decreto nº 66.016, de 15 de setembro de 2021, nos termos dos artigos 4º, inciso IV e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e C/JS/SG nº 55-2019 da A.J.G./P.G.E., resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Educação, em deferimento ao contido nos seguintes processos e respectivos ofícios: processo SEGOV-PRC-2021-01934, nº SEDUC-OFI-2021-78147; processo SEGOV-PRC-2021-02639, nº SEDUC-OFI-2021-98515; processo SEGOV-PRC-2021-02643, nº SEDUC-OFI-2021-99280; processo SEGOV-PRC-2021-02861, nº SEDUC-OFI-2021-104834; SEGOV-PRC-2022-00047, nº SEDUC-OFI-2022-01109.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Resolução SG-8, de 21-1-2022

*Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis, ao Fundo Social de São Paulo-FUSSP*

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 61, inciso II, do Decreto nº 66.016, de 15 de setembro de 2021, nos termos dos artigos 4º, inciso IV, e 5º da Lei nº 10.064, de 27 de março de 1968, e à vista dos pareceres nº 665-92 e C/JS/SG nº 55-2019 da A.J.G./P.G.E., resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação, ao Fundo Social de São Paulo, dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Saúde, em deferimento ao contido nos seguintes processos e respectivos ofícios GT-DEMEX: processo SEGOV-PRC-2022-00025, nº 11-22; processo SEGOV-PRC-2022-00026, nº 9-22; processo SEGOV-PRC-2022-00027, nº 10-22; processo SEGOV-PRC-2022-00029, nº 7-22; processo SEGOV-PRC-2022-00030, nº 6-22; processo SEGOV-PRC-2022-00031, nº 2-22; processo SEGOV-PRC-2022-00032, nº 1-22; processo SEGOV-PRC-2022-00033, nº 25-22; processo SEGOV-PRC-2022-00034, nº 5-22; processo SEGOV-PRC-2022-00035, nº 4-22; processo SEGOV-PRC-2022-00036, nº 3-22; processo SEGOV-PRC-2022-00038, nº 22-22; processo SEGOV-PRC-2022-00039, nº 21-22; processo SEGOV-PRC-2022-00040, nº 20-22; processo SEGOV-PRC-2022-00043, nº 8-22; processo SEGOV-PRC-2022-00045, nº 28-22; processo SEGOV-PRC-2022-00091, nº 58-22; processo SEGOV-PRC-2022-00096, nº 65-22; processo SEGOV-PRC-2022-00097, nº 64-22; processo SEGOV-PRC-2022-00099, nº 63-22; processo SEGOV-PRC-2022-00100, nº 67-22; processo SEGOV-PRC-2022-00108, nº 70-22; processo SEGOV-PRC-2022-00136, nº 71-22.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Resolução SG-9, de 21-1-2022

*Dispõe sobre a doação de materiais usados, declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, do Fundo Social de São Paulo-FUSSP, para o Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes*

O Secretário de Governo, com fundamento no artigo 61, inciso II, do Decreto nº 66.016, de 15 de setembro de 2021, e considerando que após avaliação da oportunidade e conveniência socioeconômica a presente medida, pelos fins sociais a que se destina, é a melhor forma de alienação, resolve:

Artigo 1º - Fica autorizada a doação dos materiais usados e declarados inservíveis pelo Centro de Material Excedente, pertencentes ao patrimônio da Secretaria da Segurança Pública - Polícia Civil do Estado de São Paulo - Delegacia Seccional de Polícia de São José do Rio Preto, conforme ofício nº 1-22, datado de 13-1-2022, ao Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes em atendimento ao ofício s/nº, datado de 13-1-2022, materiais relacionados à fl. 13 em deferimento ao contido no processo SEGOV-PRC-2022-00144.

Artigo 2º - A doação de que trata esta resolução ficará revogada se os materiais a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de 30 dias.

Artigo 3º - O prazo para uso dos materiais é de 6 meses a partir da publicação desta resolução, quando a donatária poderá dispor deles sem quaisquer formalidades.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Despachos do Secretário, de 21-1-2022

No processo SEGOV-PRC-2021-03123, sobre organização da sociedade civil: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, notadamente da representação do Presidente do Fundo Social de São Paulo – Fussp e do Parecer 272-2021, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, com fundamento na LF 13.019-2014, e no Dec. 61.981-2016, autorizo a abertura de chamamento público com vistas à seleção de organização da sociedade civil para celebração de acordo de cooperação com o Estado, por intermédio do Fussp, tendo por objeto a disponibilização e a administração de área que comportará os cursos e oficinas do Programa Escola de Qualificação Profissional, observadas, para tanto, as recomendações da mesma peça opinativa, bem como das normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie."

No processo SEGOV-PRC-2021-03499, sobre convênio: "À vista dos elementos de instrução constantes dos autos, destacando-se o Parecer 263-2021, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, autorizo a celebração de convênio entre o Estado de São Paulo, pela Secretaria de Governo, e esta pelo Fundo Social de São Paulo - Fussp, e o Município de Diadema, objetivando a implantação e manutenção de Praça da Cidadania, em área situada na Rua Afonso Monteiro da Cruz, s/nº, Parque Real, naquele Município, nos moldes propostos, observadas as recomendações assinaladas no opinativo e as normas legais e regulamentares incidentes na espécie."

#### Extrato do 4º Termo Aditivo ao Termo de Doação 12-2020 - The Boston Consulting Group (Brasil) Ltda.

Processo - SG-PRC-2020-01350 - 4º Termo Aditivo ao Termo de Doação – 12-2020 - Parecer - C/JS/SG 37-2019 - Doador - JSL S.A. - Donatário - Estado de São Paulo - Secretaria de Governo - Objeto - Prestação de serviços de logística de recebimento, armazenagem, montagem de kits, expedição e entrega nas entidades destinadas pelo Governo do Estado de São Paulo para atendimento da Ação de Combate à Covid-19, para transporte e armazenamento de cestas básicas, atendimento localizado nos Municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo. Prorrogação do prazo de vigência para o período de 1º-4-2021 até 30-9-2021, pelo valor de R\$ 19.687,40, totalizando o valor de R\$ 6.260.487,40, correspondente a 548 dias - Assinatura – 4-1-2022.

#### Extrato de Termo de Retificação e Ratificação do Termo de Doação – 140-2020, Química Amparo Ltda, Processo SG-PRC-2020-01986, publicado no D.O. de 8-7-2020 - Poder Executivo - Seção I, pág. 1:

Onde se lê: Valor Total: R\$ 463.025,00

Leia-se: Valor Total: R\$ 457.828,09

Assinatura – 4-10-2021.

#### Extrato de Termo de Retificação e Ratificação do Termo de Doação – 294-2020, Klabin S.A., Processo SG-PRC-2020-02334, publicado no D.O. de 20-8-2020 - Poder Executivo - Seção I, pág. 3:

Onde se lê: Valor Total: R\$ 166.392,34

Leia-se: Valor Total: R\$ 144.689,01

Assinatura – 5-10-2021.

### CHEFIA DE GABINETE

#### Despacho do Chefe de Gabinete, de 20-1-2022

No processo SEGOV-PRC-2022-00121, sobre autorização para pagamento de diárias: "À vista dos elementos que integram os autos e considerando absoluta necessidade de serviços, em caráter excepcional, com base no § 2º do art. 8º do Dec. 48.292-2003, de autorizo, o servidor abaixo indicado, perceber a título de diárias, quantia superior a 50% de sua retribuição mensal, respeitando o limite correspondente a 1 vez sua retribuição mensal, como segue:

Júlio Cesar Lopes dos Santos, RG 16.472.651-2, CPF 021.393.298-99 - Oficial Operacional - Local de deslocamento: Grande São Paulo e Interior - Motivo: À serviço - Período: Janeiro a Abril/2022 - Número de diárias previstas: 14

A presente autorização está condicionada ao atendimento das normas legais e regulamentares.

### FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

#### CHEFIA DE GABINETE

##### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Processo FUSSP: n.º SEGOV-PRC-2021/03404

Parecer: C/JS/SG n.º 140/2021

Participes: O Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Município de Florínea.

Do Objeto: Realização de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, mediante transferência de recursos materiais e financeiros, de acordo com o Plano de Trabalho constante do Processo SEGOV-PRC-2021/03404.

Do Valor: O valor do presente convênio é estimado em R\$ 28.739,96, sendo R\$ 6.672,44 de responsabilidade do FUSSP, na forma detalhada na Cláusula Quarta, e R\$ 22.067,52 responsabilidade do CONVENENTE.

Recurso: Os recursos financeiros a cargo do FUSSP onerarão a classificação funcional programática 08128510253310000 no elemento econômico da dotação orçamentária.

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2021

##### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Processo FUSSP: n.º SEGOV-PRC-2021/03378

Parecer: C/JS/SG n.º 140/2021

Participes: O Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Município de Ibaté.

Do Objeto: Realização de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, mediante transferência de recursos materiais e financeiros, de acordo com o Plano de Trabalho constante do Processo SEGOV-PRC-2021/03378.

Do Valor: O valor do presente convênio é estimado em R\$ 51.289,04, sendo R\$ 10.789,04 de responsabilidade do FUSSP, na forma detalhada na Cláusula Quarta, e R\$ 40.500,00 responsabilidade do CONVENENTE.

Recurso: Os recursos financeiros a cargo do FUSSP onerarão a classificação funcional programática 08128510253310000 no elemento econômico da dotação orçamentária.

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2021

##### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Processo FUSSP: n.º SEGOV-PRC-2021/03317

Parecer: C/JS/SG n.º 140/2021

Participes: O Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Município de Morro Agudo.

Do Objeto: Realização de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, mediante transferência de recursos materiais e financeiros, de acordo com o Plano de Trabalho constante do Processo SEGOV-PRC-2021/03317.

Do Valor: O valor do presente convênio é estimado em R\$ 20.895,04, sendo R\$ 10.695,04 de responsabilidade do FUSSP, na forma detalhada na Cláusula Quarta, e R\$ 10.200,00 responsabilidade do CONVENENTE.

Recurso: Os recursos financeiros a cargo do FUSSP onerarão a classificação funcional programática 08128510253310000 no elemento econômico da dotação orçamentária.

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento.

Data de Assinatura: 17 de dezembro de 2021

##### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Processo FUSSP: n.º SEGOV-PRC-2021/03067

Parecer: C/JS/SG n.º 140/2021

Participes: O Estado de São Paulo, por meio do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Município de Nazaré Paulista.

Do Objeto: Realização de cursos no âmbito do Programa Escola de Qualificação Profissional, mediante transferência de recursos materiais e financeiros, de acordo com o Plano de Trabalho constante do Processo SEGOV-PRC-2021/03067.

## Informes

# Comunicado

## Orçamento e Gestão

### Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH

#### Artigo 115 da CE - Suplemento Especial

A Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, à vista do que dispõe o § 2º do artigo 5º do Decreto nº 50.881, de 14 de junho de 2006 (Institui o Sistema Único de Cadastro de Cargos e Funções-Atividades - SICAD, da Administração Direta e das Autarquias do Estado) COMUNICA aos órgãos setoriais de recursos humanos da Administração Direta e Autarquias do Estado que encaminhará à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP as informações coletadas e sistematizadas relativas à quantidade de cargos, empregos públicos e funções-atividades, ocupados e vagos, em 31 de dezembro de 2021, para publicação em Suplemento Especial do Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção I, no dia 30 de abril de 2022, em cumprimento ao disposto no § 5º, do artigo 115, da Constituição Estadual.

AS ENTIDADES FUNDACIONAIS, DE ECONOMIA MISTA E AS EMPRESAS PÚBLICAS DEVERÃO, para atendimento ao dispositivo constitucional, encaminhar diretamente à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, **impreterivelmente até o dia 06 de abril de 2022, o quantitativo de seus quadros.**

#### Instruções para envio dos arquivos:

- colocar no assunto do e-mail: **Artigo 115 2022**

**O arquivo deverá vir no formato texto com tabulação e salvo como texto sem formatação e enviado para o email:**

**artigo115@sp.gov.br**

Essas entidades, na hipótese de maiores esclarecimentos quanto ao envio do arquivo por e-mail e publicação, deverão contatar a PRODESP pelo telefone: SAC 0800 01234 01.